

Devastação ambiental da Floresta Ombrófila Mista no Sudoeste do Paraná: Palmas como entrada da “locomotiva fumegante do progresso” (1935-1955)

Environmental devastation of the Mixed Ombrophile Forest in the Paraná Southwest: Palmas as the entry of the “smoke locomotive of progress” (1935-1955)

André Egídio Pin*

<https://orcid.org/0000-0003-4346-0253>

Resumo

No início do século XX, o sudoeste do Paraná possuía uma cobertura vegetal em que predominava a Floresta Ombrófila Mista – FOM. Com o início da colonização da região, a paisagem predominante da FOM passou a ser devastada. O município de Palmas/PR foi um dos primeiros a conceder licenças para o setor madeireiro no ano de 1935. Este artigo tem o objetivo de analisar o papel que Palmas desempenhou em um movimento de deslocamento de serrarias de União da Vitória/PR e adjacências, epicentro da devastação da FOM no período, para o sudoeste. Com isso, desde a perspectiva da história ambiental global, buscou-se demonstrar que, com apoio político e econômico advindos da capital do estado entre os anos de 1935 e 1955, as primeiras serrarias são instaladas e regularizadas em Palmas, e que estradas são criadas para que empreendimentos desse gênero e a colonização avançassem sobre o sudoeste. **Palavras-chave:** História Ambiental Global; Palmas/PR; Floresta Ombrófila Mista; devastação ambiental; sudoeste do Paraná.

Abstract

At the beginning of the 20th century, the southwest of Paraná had a vegetation cover in which the Mixed Ombrophylous Forest – FOM – predominated. With the beginning of colonization in the region, the predominant landscape of the FOM began to be devastated. The municipality of Palmas/PR was one of the first to grant licenses for the timber sector in 1935. This article aims to analyze the role that Palmas played in a movement to relocate sawmills from União da Vitória/PR and surrounding areas, epicenter of the FOM devastation in the period, to the southwest. With this, from the perspective of global

*Doutor em História pela UFSC. Pós-doutorando na Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA com auxílio FAPEG/CNPq. E-mail: andreegidiopin@hotmail.com

environmental history, we sought to demonstrate that with political and economic support coming from the state capital between the years 1935 and 1955, the first sawmills were installed and regularized in Palmas and that roads were created for enterprises to of this kind and colonization advanced over the southwest.

Keywords: global environmental history; Palmas/PR; Araucaria Forest; environmental devastation; southwest of Paraná;

Considerações iniciais

Este trabalho busca compreender o papel do município de Palmas/PR para a instalação de serrarias que empreenderam a devastação ambiental no sudoeste do estado do Paraná, representada, principalmente, pela extração de espécies da Floresta Ombrófila Mista – FOM. A região abrange uma área de 1.163.842,64 hectares e está localizada no Terceiro Planalto Paranaense¹, na faixa de fronteira com a República da Argentina no extremo oeste, ao sul do rio Iguaçu, fazendo divisa com o estado de Santa Catarina ao sul², conforme se evidencia na Figura 1.

¹ MAACK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. 4. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2017. p. 138.

² INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica sudoeste Paranaense*. Curitiba: BRDE, 2004.

título de Campos de Palmas⁸. Outros temas relevantes têm sido pesquisados na última década, como são os casos da história das pessoas escravizadas nos Campos de Palmas desvelada por Machado⁹ e das alterações das paisagens dos Campos de Palmas, a partir da década de 1950, em virtude das atividades madeireiras e agropecuárias analisadas por Carlin¹⁰.

Por ser mais antigo e remontar ao período do Império, o município já possuía uma população que, por gerações, se ocupava com atividades pecuárias baseadas em relações socioeconômicas escravistas e, após a abolição, em condições precárias de trabalho para os descendentes de pessoas escravizadas, num modelo social típico de colonização portuguesa. No início do século XX, a região assistiu a uma evasão de pessoas que procuravam sobreviver mas não encontravam formas em Palmas, descolocando-se para outras cidades, como Guarapuava e em direção ao sudoeste do Paraná, conforme demonstraram Correa¹¹, Abramovay¹², Wachowicz¹³, entre outros trabalhos.

Com base em fontes pesquisadas em Palmas, defende-se, aqui, que Palmas foi um dos municípios de entrada para a região sudoeste do Paraná não apenas pelos fluxos migratórios, mas por meio da devastação da Floresta Ombrófila Mista – FOM, na qual os migrantes tiveram participação direta. Ou seja, se, por um lado, Palmas perdeu habitantes que buscavam sobreviver, por outro lado, o município também recebeu um fluxo de migrantes que trabalharam em serrarias, como proprietários ou como funcionários, e outros que compraram áreas onde predominava a FOM e venderam as árvores para serrarias como meio de criar áreas agricultáveis, como se demonstrará adiante.

Assim, desde a perspectiva da história ambiental global, analisa-se qual foi a relevância dos caminhos de Palmas para o avanço do setor madeireiro na região sudoeste, que detinha florestas conservadas no início do século XX.

⁸ Essa denominação foi dada ao município por um militar que comandou o genocídio dos Kaingang em Guarapuava entre os anos 1814 e 1819. A expedição partia de Palmas. As leis de emancipação e uma versão oficial da história do referido município podem ser acessadas no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Palmas - PR (pmp.pr.gov.br).

⁹ MACHADO, Jose Lúcio da Silva. *O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio. Os Campos de Palmas – Paraná, 1859-1888*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2014. p. 83-142.

¹⁰ CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR: 1950-1980*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

¹¹ CORRÊA, Roberto Lobato. *O sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n.º 1, p.87-98, jan/mar. 1970a.

¹² ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1981.

¹³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: LíteroTécnica, 1985; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná: 2001.

E, nesse sentido, datam da década de 1930 os primeiros registros de funcionamento de serrarias feitos pelo poder executivo de Palmas, antecipando-se – pelo menos, legalmente – aos demais municípios da região. Com isso, são apresentadas características da FOM no sudoeste do Paraná; posteriormente, analisa-se o avanço das serrarias sobre as florestas da região a partir de Palmas.

Caracterização da Floresta Ombrófila Mista

A FOM é uma das formações florestais do bioma da Mata Atlântica¹⁴ e possui diferentes classificações acadêmicas, podendo existir pequenas variações em alguns casos. Define-se FOM, com base em Nodari¹⁵ e Veloso¹⁶, como uma formação vegetal que tem predominância da *Araucaria angustifolia* em seu dossel, contendo centenas de outras espécies vegetais abaixo, como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), o xaxim (*Diksonia sellowiana*), a canela lajiana (*Ocotea pulchella*), a imbuia (*Ocotea porosa*), o butiá (*Butia eriospatha*), o cedro (*Cedrela fissilis*), entre outras.

A FOM possui quatro subdivisões, as quais são atreladas às altitudes das áreas ocupadas pelas florestas. Essas subdivisões são compostas pela FOM Aluvial, localizada nas proximidades de rios; a FOM Submontana, nas áreas com altitudes entre 50m e 400m; a FOM Montana, nas regiões com altitudes entre 400m e 1.000m e; a FOM Alto-Montana, em altitudes superiores aos 1.000m¹⁷.

A formação vegetal da FOM chegou a ocupar quase metade do território da região Sul do Brasil. Nodari¹⁸ afirma que, em sua formação original,

¹⁴ A Mata Atlântica é um bioma formado por quatro grupos de fitofisionomia, abrangendo 17 dos 27 estados brasileiros, desde o Sul até o Nordeste, com presença a oeste, em estados como Goiás e Mato Grosso do Sul. Com a Resolução CONAMA n. 249, de 29 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial da União, e a promulgação da Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006, convencionou-se classificar os grupos fitofisionômicos que compõem a Mata Atlântica de Florestas Ombrófila Densas – FOD; as Florestas Ombrófila Abertas – FOA; as Florestas Ombrófila Mista – FOM; as Florestas Estacionais Semidecíduais e Deciduais – FES e FED; os manguezais; os campos de altitude; os brejos interioranos; os encaves florestais do Nordeste e as vegetações de restingas.

¹⁵ NODARI, Eunice Sueli. Florestas com araucária: uma história do antropoceno. In: NODARI, E. S.; CARVALHO, M. M. X.; ZARTH, P. A. (org.). *Fronteiras fluídas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2018b.

¹⁶ VELOSO, Henrique Pimenta. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

¹⁷ VELOSO, Henrique Pimenta. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 71-73.

¹⁸ NODARI, Eunice Sueli. Florestas com araucária: uma história do antropoceno. In: NODARI, E. S.; CARVALHO, M. M. X.; ZARTH, P. A. (org.). *Fronteiras fluídas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo:

a FOM ultrapassava os 200.000 km², distribuída timidamente no estado de Minas Gerais, um pouco mais intensamente na Serra da Mantiqueira em São Paulo e na província de Misiones na Argentina e, além disso, “[...] No Paraná, ela abrangia ao redor de 37% do território; em Santa Catarina, 31% e no Rio Grande do Sul 25% [...]”.

No caso do sudoeste do Paraná, estudos demonstram que a aparição de uma das espécies mais marcantes da FOM, a *Araucaria angustifolia*, também conhecida como araucária, pinheiro ou pinheiro do Paraná, apesar do domínio dos campos, remonta a cerca de 13.400 anos AP, com o auge de seu desenvolvimento por volta de 4.210 anos AP. Esses são os dados que Bertoldo, Paisani e Oliveira¹⁹ puderam comprovar em suas pesquisas com amostras e técnicas de palinologia encontradas na Unidade de Conservação Estadual Área de Relevante Interesse Ecológico Buriti em Pato Branco/PR.

Pesquisar a região sudoeste do Paraná, sobretudo desde uma perspectiva da história ambiental, implica, portanto, falar das florestas e das ações humanas que praticamente as extinguíram. Assim, é fundamental perceber a espécie da araucária, assim como as demais que compunham a FOM e a Floresta Estacional Semidecidual – FES, como agente histórico central nas relações interpessoais e de construção física e ideológica. A notada imponência física da araucária a colocou, ao longo do tempo, em um lugar privilegiado no olhar humano, que, por milênios, a cultuou, a respeitou, com ela conviveu e de suas sementes se alimentou.

O avanço das serrarias sobre o sudoeste do Paraná a partir do caminho Porto União/SC E União da Vitória/PR - Palmas.

A ocupação e a emancipação de Palmas remontam ao período da monarquia brasileira, e, em virtude disso, o município detinha fluxos de comunicação e de comércio já estabelecidos com outros estados desde o século XIX. Anteriormente frente de colonização constituída no século XIX, os Campos de Palmas, assim como áreas vizinhas, eram predominante e milenarmente ocupados pelos povos indígenas Kaingang Xokleng e Guarani²⁰. Os processos de

Oikos, 2018b. p. 12.

¹⁹ BERTOLDO, Édson; PAISANI, Julio Cesar; OLIVEIRA, Paulo Eduardo. Registro de Floresta Ombrófila Mista nas regiões sudoeste e sul do Estado do Paraná, Brasil, durante o Pleistoceno/Holoceno. São Paulo, *Instituto de Pesquisas Ambientais*, 2014, v. 41, n.º 1, pp. 1-8. p. 4.

²⁰ RODRIGUES, Ivan.º *Etnohistória Kaingang na região de Palmas/Paraná: um olhar para a relação com o meio ambiente*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021. p. 23; LOURDEAU, Antoine. *et al.* Pré-história na foz do rio Chapecó. Chapecó: *Cadernos do CEOM*, 2016, v. 29,

reocupação regional contribuíram para massacres contra os povos originários e para a formação das fronteiras internas e externas do Império, conforme apontam, por exemplo, os estudos de Machado²¹, Heinsfeld²² e Petrolí²³. Nesse contexto, Palmas criou conexões com os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, também com Porto União/SC e União da Vitória/PR; e, por meio desses últimos municípios, com a capital do estado.

A relação com Porto União e União da Vitória, aliás, teve grande importância para a entrada de madeireiros em Palmas. Por meio desses municípios, Palmas foi conectada à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul – EFSPRG, e as áreas por onde passou tal ferrovia foram, desde o final do século XIX, o epicentro da devastação da FOM, sendo destacado o trabalho da empresa estadunidense *Southern Brazil Lumber and Colonization*²⁴. Nas proximidades da EFSPRG, diversas outras serrarias de menor porte foram construídas²⁵, além de possibilitar a exploração de novas frentes de colonização e migração.

A ligação entre Palmas e União da Vitória teve origem no século XIX e era utilizada por tropeiros para chegar a Curitiba. Aliás, de acordo com Straube²⁶, Porto União e União da Vitória/PR surgiram em virtude da existência de um vau no Iguaçu que, entre outros destinos, estabeleceu o trajeto de tropeiros dos Campos de Palmas para os Campos de Curitiba. Esse tipo de ponto estratégico para a travessia de rios com muares, equinos, gado vacum e suíno também foi utilizado pelos tropeiros de Palmas para superar e para transportar criações do oeste do rio Chopim para o mercado de Curitiba²⁷.

n.º 45, pp. 220-242. p. 224;227.

²¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado: 1912-1916*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2001. p. 37-40.

²² HEINSFELD, Adelar. *Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do valo do rio do Peixe/SC*. São Paulo: Perse, 2014. p. 73-81.

²³ PETROLI, Francimar Ilha da Silva. O “descobrimento” dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no sul do Brasil – 1841-1853. Joinville: *Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*, 2018. pp. 1-18.

²⁴ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization: 1870-1970*. Tese (Doutorado em história). Florianópolis: UFSC, 2010.

²⁵ SILVA, Claiton Marcio da.; BRANDT, Marlon.; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. Uma história ambiental da fronteira sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, José Carlos.; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (org.). *História da fronteira sul*. Chapecó: UFSC, 2016.

²⁶ STRAUBE, Kelly von Knoblauch. *A Estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro: o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2007. p. 10; 116.

²⁷ STRAUBE, Kelly von Knoblauch. *A Estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro: o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2007.

Em meados do século XX, o quantitativo de serrarias no Sul do Brasil era expressivo, tendo sido registradas pelo Instituto Nacional do Pinho – INP – órgão responsável por regular a extração de araucária no período – 2.773 serrarias de pinheiros para a comercialização nos mercados nacional e internacional, além de outras 4.444 outras serrarias que serravam madeira de lei, que eram mistas (serravam todas as árvores) ou apenas para o comércio local, conforme demonstrou em seus estudos a historiadora ambiental Eunice Nodari²⁸.

Ao longo da década de 1940, o geólogo alemão Reinhard Maack percorreu o estado do Paraná para realizar levantamentos sobre a sua formação fitogeográfica, publicando os resultados do estudo, em conjunto com o Serviço de Geologia e Petrografia do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas – IBPT²⁹, no Mapa fitogeográfico do estado do Paraná em 1950, exposto na Figura 2. Nesse período, a quantidade de serrarias no Paraná teve intenso crescimento, enquanto decresceu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul³⁰. Possivelmente, esse fenômeno esteve atrelado ao fim das araucárias de corte nos dois estados mais meridionais do Brasil, bem como e à migração de muitos madeireiros para o Paraná, onde a agressividade das serrarias avançava sobre as florestas que ainda restavam e que já eram cobiçadas desde finais do século XIX, isto é, as florestas com araucária a oeste de Palmas e Guarapuava, que incluíam o sudoeste do Paraná.

²⁸ NODARI, Eunice Sueli. Florestas com araucária: uma história do antropoceno. In: NODARI, E. S.; CARVALHO, M. M. X.; ZARTH, P. A. (org.). *Fronteiras fluídas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2018b. p. 23.

²⁹ MAACK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. 4. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2017. p. 18-19.

³⁰ NODARI, Eunice Sueli. Florestas com araucária: uma história do antropoceno. In: NODARI, E. S.; CARVALHO, M. M. X.; ZARTH, P. A. (org.). *Fronteiras fluídas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2018b. p. 23.

Figura 2 – Mapa fitogeográfico do estado do Paraná publicado por Reinhard Maack em 1950



Fonte: Arquivo do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR³¹. Legenda: áreas bege são campos naturais; áreas verde-claras são matos secundários predominantes nas zonas de araucária ou de transição para FES; áreas verdes são de FOM; áreas verde-escuras são de Floresta Ombrófila Densa – FED; áreas azul-claros são de FES; áreas verde tropical são de savanas.

Como é notável na Figura 2, a maior parte do sudoeste paranaense era ocupada por áreas de florestas – sejam de FOM, sejam de FES – e por campos naturais. Quando a colonização por migrantes teve início a oeste de Palmas, a partir de 1940 e, sobretudo, da década de 1950, não havia estradas de rodagem efetivamente estruturadas, fator que dificultava o transporte de madeira³².

A historiografia indica, todavia, que muitos serradores adentraram as matas e grilaram, antes da terra, pinheiros para comercialização no Rio Grande do Sul por outros caminhos além de Palmas, como elucidou o pesquisador Joe Foweraker, ao afirmar que “[...] [c]omo o nível de investimento necessário para entrar na extração de madeira é baixo, um número de serrarias desconhecido,

³¹ Disponível em: Tecpar. Acessado em 20/06/2020.

³² PIN, André Egidio. *Mas pai, aonde estão os pinheiros do Paraná? A devastação da Floresta Ombrófila Mista no sudoeste do Paraná - 1935-1975*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2022. p. 60.

porém muito elevado, operava sem obstáculos e claramente fora do controle do INP.”³³. Nesse caso, deve-se considerar que o Instituto Nacional do Pinho – INP foi criado no ano de 1941; ou seja, antes disso, provavelmente, a prática descrita por Foweraker já ocorria.

Vestígios do corte ilegal de araucárias no sudoeste são apresentados por Wachowicz³⁴, o qual destacou, em entrevista realizada com o ex-diretor da CITLA, Mario Fontana, que a extração de madeira na região de fronteira nos municípios de Barracão, Santo Antônio e Pranchita era trabalho de migrantes do Rio Grande do Sul que adentravam as florestas e serravam ilegalmente espécies da FOM, mandando-as para o seu estado de origem pelas precárias estradas que ligavam os referidos municípios fronteiriços com São Miguel do Oeste/SC até Iraí/RS. Mario Fontana afirmou, nessa entrevista, que, até a década de 1950, era impossível praticar o comércio do que se extraía da FOM no sudoeste Paraná, por não haver estradas³⁵.

Por ter acesso à EFSPRG, portanto, Palmas recebeu muitos madeireiros que já praticavam estas atividades no Rio Grande do Sul e, principalmente, em Santa Catarina, na região do Contestado³⁶. Uma hipótese é a de que esses madeireiros, ao se deslocarem de seus locais de origem, se aproveitavam do fluxo do mercado da madeira na EFSPRG para criar outro, em direção ao oeste, via General Carneiro, quando este município ainda era uma vila de Palmas.

Esse fluxo foi iniciado na década de 1930 – isso do ponto de vista legal; ou seja, são de 1935 os primeiros alvarás de funcionamento concedidos para esse tipo de estabelecimento pela municipalidade de Palmas, conforme pesquisas nos livros de registros da Prefeitura de Palmas. Pelo que indica a historiografia, entretanto, e considerando as divisas municipais pouco esclarecidas e fiscalizadas neste período, as serrarias podem ter começado a operar sem alvarás em tempos anteriores, concomitante e posteriormente às licenciadas³⁷.

Os pequenos proprietários – migrantes em grande parte – viam a possibilidade da sobrevivência em explorar a lenha e em queimar árvores, ainda

³³ FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 até os dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982. p. 65-66.

³⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: LíteroTécnica, 1985.

³⁵ *Ibidem*, p.197-199.

³⁶ BAUER, José. *Reminiscências, histórias de Palmas*. Palmas: Kayganguê, 2002. p. 180.

³⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná: 2001. p. 68; FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 até os dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982. p. 65-66.

antes das serrarias, para introduzir roças. Carvalho³⁸ destaca que as áreas mais ou completamente devastadas são as que foram fragmentadas em pequenas propriedades, e que a população utilizou muita lenha como principal ou único recurso energético, bem como também vendiam as árvores para serrarias explorarem, sendo essa uma prática comum durante todo o período de extração de espécies da FOM. Esta prática também foi ilustrada por Carlin³⁹, que argumenta que muitas das serrarias “[...] não eram proprietárias das terras nas quais exploravam os pinheirais. Era comum que adquirissem apenas as árvores. Muitas compras eram legalizadas e registradas em cartório através de contratos particulares [...]”.

No final da década de 1910, Carvalho⁴⁰ afirmou que as florestas com araucária mais preservadas no Paraná estavam nos municípios de Palmas e de General Carneiro. Nesse sentido, podem ser consideradas algumas hipóteses para a existência deste fenômeno. Essas famílias do século XIX e seus herdeiros se dedicavam prioritariamente à criação de gado *vacum*, não tendo a mesma demanda pela derrubada da floresta por questões de negócio. Além disso, há a possibilidade de manutenção da floresta como herança ou, ainda, de não terem conseguido derrubá-la antes das mudanças da legislação.

Acredita-se que a primeira situação, a prioridade às atividades pecuárias, possa ter prevalecido, pois não foram encontrados indícios de que os latifundiários de Palmas estivessem preocupados com o ambiente natural da região no século XIX e início do XX, além de praticarem a caça predatória de animais que consideravam prejudiciais à criação de gado, como as onças⁴¹. Ou seja, esses proprietários de grandes faixas de terra optaram por serem pecuaristas, e isso, por mais paradoxal que possa parecer atualmente, fez com que essas áreas de FOM continuassem vivas. De modo geral, o ambiente era manejado sem planejamento, sem auxílio do poder público, sem orientações científicas que pesassem em favor do ambiente e sem infraestrutura básica⁴².

³⁸ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization: 1870-1970*. Tese (Doutorado em história). Florianópolis: UFSC, 2010. p. 87-88.

³⁹ CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR: 1950-1980*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019. p. 82.

⁴⁰ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization: 1870-1970*. Tese (Doutorado em história). Florianópolis: UFSC, 2010. p. 87.

⁴¹ CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR: 1950-1980*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019. p. 64-65.

⁴² WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira*

A falta de infraestrutura a oeste de Palmas

De forma semelhante a esse processo de ocupação de Palmas na primeira metade do século XX – ou seja, por meio de migrações e atividades madeireiras devastando a FOM –, também é possível caracterizar a ocupação por migrantes de todo o sudoeste do Paraná. Contudo, enquanto não existiram caminhos mais consistentes para ligar o restante da região a Palmas, o ambiente da região permaneceu mais conservado, pois, até a década de 1950, as serrarias não conseguiam meios para escoar eventuais produções⁴³.

Essa situação fica evidente em vários documentos, como nos capítulos escritos por engenheiros e políticos para o livro intitulado “Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná”, publicado em 1935, organizado para a comemoração dos 50 anos da estrada de ferro do Paraná. Alguns desses trabalhos expõem importantes apurações sobre a construção de ferrovias no estado, apontando equívocos e esforços necessários para mudar o cenário que se apresentava na economia paranaense na década de 1930.

Um dos capítulos publicados na obra “Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná”, que apresenta elementos sobre a falta de infraestrutura a oeste de Palmas no início do século XX, foi intitulado de “Expansão econômica do Paraná”, escrito pelo deputado federal João Moreira Garcez. Tal material foi elaborado para uma conferência realizada em 1929, no “Centro Paranaense” no Rio de Janeiro, então capital federal, com o qual o deputado fez um balanço da situação econômica do Paraná. No referido documento, o deputado fez várias análises sobre a economia do estado, incluindo atividades como a exportação de produtos de agricultura e do extrativismo praticados no estado na década de 1920. Segundo o deputado João Moreira Garcez, “O café, o mate e a madeira, indubitavelmente constituem os verdadeiros factores dynamicos [sic] do progresso do Paraná”⁴⁴.

De acordo com Garcez, embora a erva mate (*ilex paraquariensis*) fosse muito rentável e importante para a economia do estado, na década de 1920, havia dificuldades crescentes para a sua extração e transporte, pois, a cada ano, os pontos que beneficiavam a erva estavam mais distantes das estradas de ferro ou portos, problematizando o transporte “[...] com a penetração para

de Geografia, Ano XI, 1949, nº 2, pp.159-222. p. 171-181.

⁴³ PIN, André Egídio. *Mas pai, aonde estão os pinheiros do Paraná? A devastação da Floresta Ombrófila Mista no sudoeste do Paraná - 1935-1975*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2022. p. 58-65.

⁴⁴ GARCEZ, João Moreira. *Expansão econômica do Paraná*. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935. pp 211-234. p. 155.

o interior do Estado, a Oeste, onde ainda não existem os convenientes meios para circulação da riqueza”⁴⁵.

O “Oeste” a que se referiu Garcez é o próprio sudoeste. Essa denominação era utilizada por políticos e por intelectuais paranaenses para se referir aos territórios a oeste de Palmas e de Guarapuava, ou seja, o sudoeste e o oeste paranaenses, como são os casos do próprio deputado João Moreira Garcez⁴⁶ e de Domingos Nascimento (1903), além do próprio governo do Paraná, que colocou, já na década de 1940, a região sob jurisdição do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná – DAOP⁴⁷.

No trecho citado acima, nota-se que os ervais, pelo menos os nativos, iam sendo extintos conforme também se devastavam as demais espécies da FOM nas proximidades da EFSPRG. O deputado não abordou a possibilidade de reflorestamento ou assuntos ligados à conservação ambiental. É a natureza entendida apenas como recurso industrializável.

Na sequência da sua comunicação, deputado João Moreira Garcez apresentou dados sobre os valores econômicos oriundos da extração e da exportação de erva mate do Brasil e, mais detalhadamente, a partir do Paraná. A exploração da erva mate era considerada menos lucrativa apenas que a cultura do café, a qual, no norte do Paraná e em outras regiões do Brasil, detinha o acesso a estradas de ferro⁴⁸.

E, nesse caso, João Moreira Garcez defendeu que a construção de vias minimamente estruturadas em direção ao oeste do estado poderia aumentar o potencial econômico ligado à exploração da erva mate. Demonstrou que uma zona importante do estado estava isolada, utilizando como argumento justamente a região sudoeste do Paraná. De acordo com o deputado:

Basta considerar as hervas extrahidas de Clevelandia, Palmas, Mangueirinha, cujos transportes chegam a ser feitos a mais de 100 kilómetros em cargueiros, depois, mais de 150 kilómetros em carroças, para em seguida percorrer mais de 500 kilómetros de estrada de ferro e finalmente 1.600 ou 2.000 kilómetros de Navegação Marítima, conforme o porto de destino seja Buenos Aires ou Rozario, com percurso total, portanto, de quasi 3.000 kilómetros, incluindo 8 ou 10 transbordos.

⁴⁵ GARCEZ, João Moreira. Expansão econômica do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935. pp 211-234. p. 160.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 165.

⁴⁷ *Livro de Contratos da Prefeitura de Palmas, 1936-1950*. p. 27 e verso.

⁴⁸ Em nível nacional, o cacau e o café também excediam números da erva mate (GARCEZ, 1935, p. 161).

[...]

O que se verifica em relação à herva-mate, *mutatis-mutandis*, se applica á madeira, que não obstante a crescente acceitação que vae tendo não só nos mercados nacionaes como também na Argentina e Uruguay, nem por isso o volume da exportação tem crescido na proporção que logicamente seria de esperar. [sic]⁴⁹.

Se este problema já era saliente em relação à exploração da erva mate, que, historicamente, foi transportada por muares em estreitas trilhas⁵⁰, pode-se reafirmar a dificuldade, senão impossibilidade, de se retirar madeira do sudoeste do Paraná neste período. Portanto, “[d]’ahi resulta a imperiosa necessidade que actualmente se faz sentir, com bastante intensidade, em relação ao aproveitamento de outros hervae e pinheiraes; que offereçam melhores vantagens commerciaes [sic]”⁵¹.

Dessa forma, João Moreira Garcez frisava seus argumentos sobre a necessidade de se criarem meios para a exportação de madeira e erva mate a serem exploradas no oeste do Paraná, aproveitando os rios Iguazu e Ivaí – este mais ao norte e importante para a região de Campo Mourão/PR – para transportar produtos para o rio Paraná, e dali exportar para os mercados dos países vizinhos. Ao passo que lamentava tal situação, o deputado defendia que era uma importante “obra civilizadora”, com a “finalidade patriótica” do estado construir vias que possibilitassem a exploração dos recursos da FOM do oeste⁵². E afirmava que, enquanto isso não fosse possível, encontrava-se nessa região

[...] grandioso futuro que se acha reservado para hinterland Paranaense [concluindo que] o aproveitamento dessa riqueza incommensuravel, desse extraordinario patrimonio que a natureza tão prodigamente nos legou, como o activamento de todas essas fontes de energias económicas, depende do factor transporte⁵³.

⁴⁹ GARCEZ, João Moreira. Expansão econômica do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935. pp 211-234. p. 165. grifo no original.

⁵⁰ STRAUBE, Kelly von Knoblauch. *A Estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro: o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2007. p. 18.

⁵¹ GARCEZ, João Moreira. Expansão econômica do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935. pp 211-234. p. 168.

⁵² *Ibidem*, p. 172. grifos meus.

⁵³ *Ibidem*, p. 171.

As espécies da FOM são vistas como uma espécie de poupança propiciada pela natureza, como se ali não houvesse outra perspectiva para a vida natural, bem como deixam de ser consideradas pelo deputado as sociedades caboclas, estabelecidas desde o final do século XIX⁵⁴ e indígenas que habitam milenarmente a região⁵⁵. O transporte moderno, ou melhor, a ausência dele, viabilizou alguns anos a mais para a existência desses povos e da FOM, em oposição à “civilização” que os devastaria em pouco tempo.

Ainda na mesma publicação, encontra-se o texto “Planos viário e ferroviário do Paraná”. O referente capítulo foi elaborado pelo engenheiro civil Adriano Goulin, então professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná e consultor técnico da prefeitura de Curitiba, em que também são encontrados dados relativos à situação da infraestrutura do sudoeste do estado.

Goulin enfatizou que, apesar das vias de rodagem já construídas no Paraná até a década de 1920, as quais são fundamentais para os êxitos econômicos do estado, carecia-se, ainda, de interconexões com as regiões a oeste de Palmas e Guarapuava. Evocando, inclusive, o supracitado deputado João Moreira Garcez, também engenheiro, assim foi definida a situação por Adriano Goulin:

Desde o 1.º Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, de 1916, no qual o destacado representante do Paraná, engenheiro civil dr. João Moreira Garcez, demonstrou brilhantemente, com surpresa para quasi todos, que possuíamos, nesta pequena unidade da Federação, a mais ampla rede de estradas de rodagem do Paiz, até o 2.º Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagem, reunido em 1929, em que foi apresentado bem elaborado memorial por um dos delegados do Paraná, o distinto engenheiro civil dr. Angelo Ferraro Lopes, sempre o Paraná se destacou, em confronto com as demais unidades da Federação Brasileira.

⁵⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. *O sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n.º 1, p.87-98, jan/mar. 1970; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: LíteroTécnica, 1985; PASSOS, Aruana Antonio. *História de sangue e dor: crimes passionais no sudoeste do Paraná: 1909-1939*. Dissertação (Mestrado em história). Curitiba: UFPR, 2009; MONDARO, Marcos Leandro. *Territórios migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR*. Dourados: UFGD, 2012; LAZIER, Hermógenes. *Estrutura agrária no sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1983.

⁵⁵ RODRIGUES, Ivan.º *Etnohistória Kaingang na região de Palmas/Paraná: um olhar para a relação com o meio ambiente*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021; LOURDEAU, Antoine. *et al. Pré-história na foz do rio Chapecó*. Chapecó: *Cadernos do CEOM*, 2016, v. 29, n.º 45, pp. 220-242.

Entretanto, apesar de possuímos tão importante rede de magníficas estradas de rodagem, a produção do Paraná reclama meios de transportes mais rápidos e econômicos, e vastas regiões, riquíssimas, clamam por meios de comunicação que permitiam o aproveitamento de suas riquezas e possibilidades. Só temos uma linha férrea de penetração, a da Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná, essa mesma de traçado anti-paranaense. Faltam-nos as verdadeiras linhas tronco da nossa viação férrea, embora sejamos possuidores de algumas boas linhas tronco na nossa rede de estradas de rodagem⁵⁶.

Em consonância com o discurso de políticos e empresários sobre a natureza no interior do estado de Curitiba, o engenheiro reafirmou a ausência de infraestrutura no sudoeste do Paraná e a insatisfação, demonstrada igualmente por João Moreira Garcez, com as altas tarifas cobradas pela EFSPRG para o escoamento de mercadorias, ao referir-se a esta companhia como de “traçado anti-paranaense” e, posteriormente, afirmar que as mercadorias transportadas pelo Ramal Paranapanema apresentavam custos de transporte muito mais baixos do que aquelas que seguiam pela EFSPRG.

Por motivos como esses e, sobretudo, pelas pretensões de extração da vida industrializável da FOM que se apresentavam à época, Goulin defendeu que era necessário estender as vias de rodagem em direção ao oeste, a fim de que o interior do Paraná pudesse conhecer a “locomotiva fumegante do progresso”, permitindo que empresários e colonizadores fossem “[...] ao encontro de riquezas que jazem guardadas nas gigantescas florestas que cobrem suas serras e montes, que estão escondidas nas suas entranhas, que existem no fundo dos seus regatos e rios ou que são constituídas por vastos e intermináveis campos e herbaes naturaes [sic]”⁵⁷.

Não sendo viável a construção de ferrovias para as regiões a oeste de Palmas e Guarapuava, logo o engenheiro reivindicava a construção estradas de rodagens, bem como a conservação das existentes. Uma dessas estrada foi denominada de Curitiba-Barracão, a qual se trata do caminho antigo estabelecido pelos tropeiros de Palmas para chegar a Curitiba. Já de Palmas em

⁵⁶ GOULIN, Adriano. Planos viário e ferroviário do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935. pp 211-234. p. 212, grifos meus.

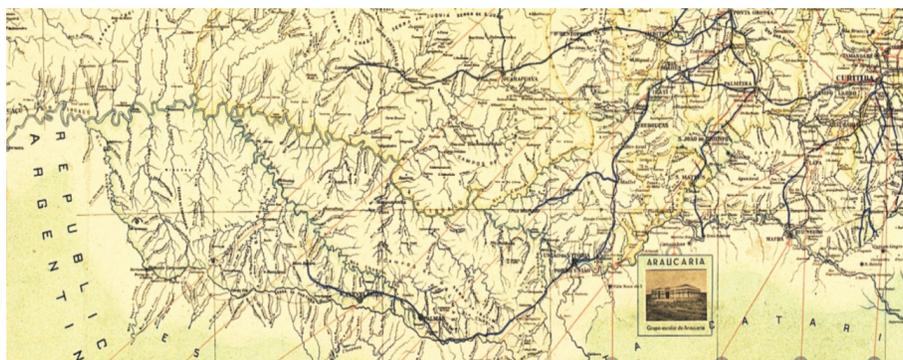
⁵⁷ GOULIN, Adriano. Planos viário e ferroviário do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935. pp 211-234. p. 216.

direção a Barracão, a oeste, o caminho passava por Clevelândia, segundo o engenheiro⁵⁸.

O próprio Goulin⁵⁹, entretanto, admitiu a inexistência da construção do último trecho dessa estrada por parte do governo paranaense, afirmando que “[i]nfelizmente essa última estrada tem seu ponto de partida actual em território catharinense [sic]. Urge, por isso, estabelecer as ligações que faltam, para que seu trecho Jangada-Barracão passe a fazer parte da linha tronco que acabamos de descrever”. Existiu, todavia, um plano para a construção de uma linha férrea que partisse de Curitiba, passasse por São Matheus do Sul, União da Vitória, Palmas, Clevelândia até a divisa com a Argentina⁶⁰.

Outros documentos que evidenciam a importância de Palmas neste processo – isto é, para o avanço da devastação ambiental sobre a FOM no sudoeste – são os levantamentos feitos pelo Departamento de Colonização da Secretaria de Obras Públicas Viação e Agricultura do estado do Paraná, no final da década de 1930 e início da década de 1940. Esses estudos exprimem em mapas que, para a administração estadual, o acesso ao sudoeste do Paraná dava-se pelo município de Palmas, não havendo outros caminhos para acessar à região, pelo menos não com estradas minimamente estruturadas para a passagem de carroças grandes ou caminhões. A Figura 3 exibe as estradas conservadas sem revestimento do Paraná em 1938.

Figura 3 - Mapa de estradas conservadas sem revestimento das Obras Executadas no Governo Manoel Ribas 1932 – 1938.



Fonte: Instituto Água e Terra (IAT) do Paraná.

⁵⁸ Ibidem, p. 215.

⁵⁹ Ibidem, p. 215.

⁶⁰ Ibidem, p. 215.

Esse material foi elaborado com o intuito de relatar as obras realizadas durante a administração do governador Manoel Ribas. No mapa, a linha azul-escura indica que havia estradas sem revestimentos conservadas até a localidade que se tornou Pato Branco alguns anos mais tarde, uma das principais da ocupação por migrantes iniciada na década de 1940. Esse era o único caminho que ligava as cidades a oeste do rio Chopim, ao sul do rio Iguaçu e à capital Curitiba, ou seja, à maior parte da região.

Ainda assim, esses dados são questionáveis se confrontados com a realidade úmida da FOM e com outros documentos do período. Considerando que, para a década de 1940, ainda se tinha uma densa faixa de FOM conservada no sudoeste do Paraná⁶¹ e que esta floresta tem por característica fundamental a umidade e grandes índices de chuvas anualmente, dificilmente uma estrada sem revestimento, de terra, ou melhor, de barro, neste caso, poderia se manter adequada para o trânsito de veículos pesados por muito tempo sem manutenção.

Além disso, alguns anos mais tarde, a análise de documentos produzidos pela gestão estadual de Moysés Lupion demonstra que não havia caminhos estabelecidos entre a capital e municípios no sudoeste para além de Palmas, conforme se elucida posteriormente. No início da década de 1940, a região também foi reivindicada pela União para a criação do Estado do Iguaçu (1943-1946), o que retardou a chegada do estado do Paraná.

Nesse sentido, como será discutido adiante, a municipalidade de Palmas foi, inclusive, parceira da administração estadual quando, em 1940, esta voltou as atenções à região para a construção de pontes, pois a ausência de estruturas desse gênero, como no rio Chopim, impedia a ligação do sudoeste à capital Curitiba e aos portos.

As primeiras serrarias no município de Palmas

Durante 1930 e 1940, Palmas estabeleceu uma nova frente comercial, ou seja, foram fixadas as primeiras serrarias com aparatos tecnológicos que viabilizaram o aproveitamento legal da madeira nativa da região, aumentando, conseqüentemente, a devastação da FOM, a qual continuava, de certa forma, conservada no restante do sudoeste, onde a colonização era ainda incipiente.

⁶¹ COMISSÃO PRÓPRIA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE AS TERRAS DO SUDOESTE DO DO SENADO FEDERAL. Brasília: *Diário Oficial do Congresso Nacional*, 11 de abril de 1959. pp. 1.350-1.381. Disponível em: Arquivo Nacional (an.gov.br). Acessado em julho de 2021. p. 1.356; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: LiteroTécnica, 1985. p. 189.

De acordo com os documentos disponíveis no Arquivo de Palmas, o Poder Executivo do município regulamentou as primeiras serrarias na cidade no ano de 1935. Palmas possuía, nesse período, a jurisdição de uma grande extensão de terras, das quais vários distritos foram desmembrados, dando origem a novos municípios nas décadas seguintes, como é o caso de General Carneiro, que foi emancipado de Palmas em 1961⁶².

Em pouco mais de dez anos, houve, pelo menos, 15 serrarias em funcionamento de forma regulamentada, sem contar as que funcionavam sem licença e aquelas sobre as quais não se teve acesso a dados. Assim, em 1935, por meio dos alvarás n.º 137 e 138, eram concedidos os registros para duas serrarias pelo prefeito Rafael Ribas em favor de Candido de Oliveira Syres e Roberto Schanauffer, respectivamente, conforme os dados verificados nos livros de registros da Prefeitura de Palmas n.º 2 e 4 – Alvarás de Licença 1935-1948, no Arquivo de Palmas. Nos anos seguintes, outras 17 serrarias foram regulamentadas, conforme se observa no Quadro 1.

Quadro 1 - Alvarás concedidos para serrarias pelo município de Palmas entre 1935 e 1948.

Quant. de serrarias por ordem cronol.	Número de alvará/ prefeito	Licença	Beneficiado	Secretário da prefeitura	Data
1	nº 137/ Rafael Ribas, prefeito de Palmas/	“licença para abertura de uma serraria no rocio desta cidade”.	Candido de Oliveira Syres	Alipio Nascimento Ribas	23/03/1935
2	Nº 138 / Rafael Ribas, prefeito de Palmas	“licença para a abertura de uma serraria no rocio desta cidade”	Roberto Schanauffer	Alipio Nascimento Ribas	08/05/1935
3	Nº 156/ Deocleciano de Souza Nenê, prefeito substituto de Palmas	“licença para abertura de uma serraria no lugar denominado Rio Farias no distrito de General Carneiro”	Intor P. Kia	Sthilio Masalotti (Fiel do Secretário)	24/11/1936
4	nº 254/ Pompilio Mendes de Camargo, prefeito de Palmas	“licença para abertura de uma Serraria no logar denominado ‘Passo Grande’, situado no Distrito de General Carneiro”	Francisco Lazari & Cia	Saldanha da Gama Ribas	20/02/1941

continua

⁶² Lei Municipal nº 4.339, de 25 de janeiro de 1961, General Carneiro/PR. Disponível em <https://www.generalcarneiro.pr.gov.br/municipio/historia/>. Acessado em 20/03/2023.

continuação

Quant. de serrarias por ordem cronol.	Número de alvará/ prefeito	Licença	Beneficiado	Secretário da prefeitura	Data
5	n.º 255/ Pompilio Mendes de Camargo ¹ , prefeito de Palmas	“licença para abertura de uma serraria, no lugar denominado ‘Passo da Galinha’, situado no distrito de General Carneiro”.	Guilherme Voehringer	Saldanha da Gama Ribas	-
6	n.º 270/ Pompilio Mendes de Camargo, prefeito de Palmas	“licença para estabelecer-se com uma Serraria, no lugar denominado São Bento, no distrito de General Carneiro”.	Herminio Longo	Amantino de Melo Ribas (representando Saldanha da Gama Ribas)	20/05/1941
7	n.º 277/ Rutilio Ribas	“licença para estabelecer-se com uma Serraria, no lugar denominado Rio Souza, Distrito de General Carneiro”.	João Rotta & Filhos	Saldanha da Gama Ribas	18/10/1941
8	n.º 278/ Rutilio Ribas	“licença para estabelecer-se com uma ‘Serraria’ no lugar denominado Rio Xavier no distrito de General Carneiro”.	João Rotta & Filhos	Saldanha da Gama Ribas	11/11/1941
9	Nº 280/ Rutilio Ribas	“licença para estabelecer-se com uma serraria no lugar denominado Pouso Bonito, Distrito de General Carneiro”.	Alberto Martini & Irmãos	Saldanha da Gama Ribas	18/10/1941
10	n.º 284/ Rutilio Ribas	“licença para estabelecer-se com uma ‘serraria’ no lugar denominado Barro Faria distrito de General Carneiro”.	Herminio Longo	Saldanha da Gama Ribas	18/10/1941
11	n.º 290/ Rutilio Ribas	“licença constante do Alvará n.º 254, para abertura de uma serrria no lugar denominado Passo Grande, no distrito de General Carneiro”	Lazzari e Ritzmann Ltda	Saldanha da Gama Ribas	08/01/1942
12	n.º 323/ Rutilio Ribas	“licença para estabelecer-se com uma ‘Serraria’, no lugar denominado São Pedro, no Distrito de General Carneiro”.	Pedro N. Pizzato e Filhos	Antonio	14/10/1942
13	n.º 324/ Rutilio Ribas	“licença para estabelecer-se com uma ‘serraria’ no lugar denominado São João, no distrito de General Carneiro”.	Pedro N. Pizzato e Filhos	Antonio	14/10/1942

continua

conclusão

Quant. de serrarias por ordem cronol.	Número de alvará/ prefeito	Licença	Beneficiado	Secretário da prefeitura	Data
14	n.º 325/ Rutilio Ribas	“licença para estabelecer-se com uma ‘Laminadora de Madeiras’, no lugar denominado São Pedro, no distrito de General Carneiro”.	Pedro N. Pizzato e Filhos	Antonio	14/10/1942
15	n.º 326/ Rutilio Ribas	“licença para estabelecer-se com uma ‘Serraria’ no Lugar denominado Arroio do Gado, Distrito de General Carneiro”.	Guilherme Bendelim	Antonio	20/10/1942
16	n.º 641/ Antonio Oliveira Franco, prefeito substituto	“licença para estabelecerem-se com uma Casa Comercial de segunda classe, para a venda de secos e molhados em geral, sita na Fazenda São Bento, a margem do Rio Tamandóá, anexa aos estabelecimentos da Serraria e Desfibradeira de Lima Vegetal, pertencentes a mesma firma, no distrito de General Carneiro”.	Serrarias Reunidas Irmãos Fernandes S/A	Carlos Saldanha	28/03/1946
17	n.º 668/ Elpídio Aranja	“licença para estabelecer-se com uma Serraria, no lugar denominado ‘Colônia Augusto Leureiro, no distrito de Bituruna”.	Ervin Arnhold	Antonio	05/10/1946
18	n.º 711/ Antonio Oliveira Franco	“licença para estabelecerem-se com uma serraria, no lugar denominado São Lourenço, situado no Distrito da sede deste Município”.	Codega & Cia	Antonio	01/10/1947
19	n.º 760/ Bernardo Oliveira Vianna	“licença para estabelecer-se com uma Serraria no lugar denominado Colonia Augusto Loureiro, Distrito de Bituruna”.	Florido Abrão & Cia	Alberto Iluztor	30/09/1948

Fonte: Livros de registros da Prefeitura de Palmas nº 2 e 4 – Alvarás de Licença 1935-1948 – Arquivo de Palmas

Organização do autor deste trabalho.

Como a documentação evidencia, as primeiras serrarias que funcionaram na região com alvarás da prefeitura estavam na região onde se localizava o distrito de General Carneiro. Esse fato chama atenção e corrobora os argumentos de que Palmas foi a porta de entrada para a devastação da FOM no sudoeste do Paraná em um fluxo que partiu da região de União da Vitória.

General Carneiro está localizado exatamente entre Palmas e União da Vitória, ou seja, era a antiga divisa dos municípios, por onde as serrarias começaram a entrar, conforme demonstram as primeiras licenças concedidas. A instalação das serrarias em tal localidade parece ser o motivo principal para o estabelecimento da sede do distrito de General Carneiro e a sua consequente emancipação de Palmas. Outra situação de destaque pode ser vista no alvará de nº 641, no qual o proprietário da Serraria e Desfibreadeira de Lima Vegetal registrou, junto à prefeitura, um estabelecimento de secos e molhados, ou seja, um armazém para venda de mantimentos, entre outras coisas, tendo como principais compradores, muito provavelmente, os próprios funcionários da serraria.

Nos alvarás, há predominância de sobrenomes de descendência italiana e alemã que marcaram, igualmente, a ocupação do restante do sudoeste do Paraná, conforme outros vários autores ilustram⁶³. O avanço desses madeireiros criou, além de impactos ambientais, impactos socioeconômicos. Com isso, o município de Palmas criou, em 1943, uma comissão de preços para enfrentar as instabilidades econômicas daquele período. Por meio de ata, o prefeito de Palmas registro que a Comissão de Preços:

[...] por ser a mesma de vital interesse ao bem estar dos palmenses e da grande família brasileira, dadas a anormalidade do momento e a incertesa do futuro [...].

[...] para que o trabalho a ser executado, visando, como visas, fins altamente patrióticos, o fôsse tanto quanto possível perfeito [...] [sic]⁶⁴.

⁶³ Reforça-se que a palavra “predominância” é utilizada aqui com relação aos alvarás de funcionamento de serrarias concedidos pela prefeitura de Palmas e não social e culturalmente. Embora trabalhos como o Wachowicz (1985) relativizem, de certa maneira, a relevância social, cultural e a força de trabalho de populações com origens étnicas distintas das itálos-germânicas na construção do sudoeste do Paraná, destaca-se que as sociedades cabocla e indígena foram igualmente importantes na constituição da região, embora com prejuízos sociais, culturais e territoriais de grandes proporções, como demonstram Langer (2010, p. 13-39), Flávio (2011) e Mondaro (2012), por exemplo.

⁶⁴ ATA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE PREÇO, 19 de janeiro de 1943, Palmas. Arquivo de Palmas.

A criação desta comissão foi também fruto de ordem do governo federal, por meio do telegrama nº 629.800, datado de 12 de janeiro de 1943. Posteriormente, em 1946, o governo estadual emitiu ofícios às prefeituras nos quais constavam a criação de Comissão Estadual de Preços e o informe da obrigatoriedade da continuação ou criação de comissões municipais de preços, bem como sobre a forma como deveriam ser compostas⁶⁵. O Decreto-Lei de n.º 9.125, de 4 de abril de 1946⁶⁶ tinha o objetivo de conter a inflação em todo o país, mas é inegável que a Comissão apresentou resultados para a sociedade da região ou, pelo menos, para as serrarias e para arrecadação pública, pois pode ter servido como base para leis sancionadas pelo município posteriormente.

Assim, na década de 1940, uma nova lei tributária voltada para atividades agrícolas e extrativas foi implementada pelo município. Trata-se da Lei n.º 16, de 18 de outubro de 1948, que passou a tributar várias atividades ligadas a extração e beneficiamento de madeira e outros gêneros vegetais, fato que gera evidências em relação ao aumento de contratos para a extração de árvores vivas, madeira serrada, extração de celulose, madeira lascada e nós. Além disso o município criou tributos para extração de erva mate, de crina vegetal do butiá (*Butia eriospatha*), e do pinhão.

Lei nº 16 de 18 de outubro de 1948

A Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, Decreta: Artº 1º - Fica criado, sob a rubrica 0-25-2 - Imposto sobre Exploração Agrícola e Industrial, o imposto de Defesa da Produção Extrativa Vegetal, com a seguinte modalidade de incidência:

- a) a toda a madeira de lei que fôr vendida em pé, para a industrialização;
- b) a toda madeira bruta qual seja a sua forma, para beneficiamento fora do Município;
- c) - madeira serrada;
- d) - madeira lascada;
- e) - madeira laminada;
- f) - pasta mecânica;

⁶⁵ O Art. 15º do Ofício s/n que informava a prefeitura de Palmas sobre a criação e estrutura da Comissão Estadual de Preços do Paraná em 1946, determinava que a comissão municipal fosse composta por sete membros, da seguinte forma: “Os membros de cada Comissão Municipal de Preços, em número de sete, serão indicados pelo Prefeito do respectivo Município, e nomeado pelo Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ou pelos seus delegados credenciados, compondo-se de: um representante do Comércio, um da Indústria, um da Lavoura e Pecuária, o prefeito Municipal e o Promotor Público”.

⁶⁶ A Comissão Estadual estava submetida a Comissão Central de Preços do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O Decreto-Lei de nº 9.125, de 4 de abril de 1946 estabeleceu em seu Art. 9º a criação das comissões municipais.

- g) - papelão;
- h) - celulose;
- i) - erva-mate chimarrão, para chá ou barbaquá;
- j) - crina vegetal;
- k) - cascas para cortume;
- l) - nó de pinho;
- m) - pinhão.

§ único: O imposto acima, não incidirá sobre a madeira de qualquer espécie, desde que se destine a construção de prédios e dependências das respectivas Serrarias e Indústrias, uma vez construídas dentro do Município, e, igualmente, também, sobre outra qualquer produção extrativa vegetal que se destine ao uso exclusivo dos seus produtores [sic] [...]⁶⁷.

Essa Lei isentava dos impostos as madeiras utilizadas para a construção das dependências das serrarias. Era uma forma de incentivo fiscal para o avanço do ramo das serrarias que empregava muitas pessoas, como esclarecem os estudos de Flores⁶⁸. Para além disso, o que fica bastante claro com esta Lei é também a quão explorada era a fauna da FOM no município, sendo taxadas não apenas as madeiras oriundas das árvores serradas, mas também o pinhão, a crina vegetal feita a partir do butiá e a erva mate, espécies características da formação natural da floresta com araucárias. O Art. 6º da lei criou, ainda, três postos fiscais, sendo dois localizados no distrito de General Carneiro e outro no distrito de Bituruna.

Nos livros registros do Arquivo da Prefeitura de Palmas, disponíveis junto à Biblioteca do IFPR Palmas⁶⁹, não constam os alvarás da década de 1950, todavia, intui-se, com base na literatura, que outras serrarias iniciaram suas atividades neste período. Já nas décadas seguintes, dezenas de outras serrarias iniciaram atividades no município, sendo que, em 1965, o Cadastro Industrial (1965) registrou a existência de 37 madeiras em Palmas. Importante frisar que, em 1965, alguns municípios, como General Carneiro, já haviam sido desmembrados de Palmas, e o quantitativo de serrarias da década de 1950, portanto, eram maiores. Por exemplo, ao se realizar a soma das 19 madeiras registradas em General Carneiro com as 37 de Palmas, chega-se ao quantitativo de 56 empresas no ramo. Ainda sobre estes empreendimentos, Carlin⁷⁰

⁶⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Lei n.º 16, de 18 de outubro de 1948. p. 16.

⁶⁸ FLORES, Edson Luiz. *Industrialização e desenvolvimento do sudoeste do Paraná*. (Dissertação). Francisco Beltrão: Unioeste, 2009a. p. 15-52.

⁶⁹ A pesquisa de fontes no referido arquivo foi realizada no ano de 2019.

⁷⁰ CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR*:

elaborou um mapeamento em seu trabalho, no qual contabilizou e demonstrou as localidades em que estavam instaladas as serrarias em Palmas no período compreendido entre 1970 e 1980.

Rumo ao oeste de Palmas

Como se evidencia, o caminho concreto para o avanço da “locomotiva fumegante do progresso” para o sudoeste e oeste paranaenses foi utilizar as vias que o município de Palmas já tinha estabelecido há anos para chegar ao mercado de Curitiba. Uma das passagens de Palmas em direção ao oeste também aproveitada foi a que os tropeiros utilizavam para chegar à localidade que, depois de emancipada, passou a se chamar Mangueirinha, passando pelas corredeiras do rio Chopim. Pelo menos desde 1939, o Poder Executivo de Palmas já controlava uma balsa para a passagem do rio Chopim. Conforme as informações do Livro de Contratos da Prefeitura de Palmas (1936-1939), a balsa ficava em uma localidade sugestivamente chamada de Passo do Pinhal.

A análise de contratos pelos quais a prefeitura de Palmas terceirizava a exploração da balsa através de concessões permite a percepção de que predominaram as concessões para empresários ligados ao ramo madeireiro e, em sua maioria, nascidos em outros estados. O primeiro contrato, por exemplo, celebrava a concessão da exploração da balsa a um migrante do Rio Grande do Sul, chamado Honório Serpa⁷¹. Esse senhor herdou de seu sogro 2 mil alqueires de terra em Passo do Pinhal, elevado a distrito de Mangueirinha em 1964 e emancipado em 1993. Com a sua emancipação, Passo de Pinhal foi rebatizado como Honório Serpa, homenageando o madeireiro e concessionário da balsa entre 1939 e 1941⁷².

Posteriormente, vários outros contratos foram estabelecidos, em média, a cada dois anos com outros moradores da localidade^{73;74}. Ainda na década de 1940, um prefeito do município de Palmas passou a representar o DAOP para realizar contratos de construção de infraestrutura na região, o que reforça a importância do município para o avanço da “locomotiva fumegante

1950-1980. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019. p. 89.

⁷¹ Livro de Contratos da Prefeitura de Palmas, 1936-1950. p. 27 e verso. p. 11.

⁷² O município de Honório Serpa está localizado entre Mangueirinha, Coronel Domingos Soares, Pato Branco e Clevelândia, como pode ser observado na Figura 4, na página 25 deste trabalho. Ver, igualmente, o portal do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/honorio-serpa/historico>. Acessado em 04/10/2021.

⁷³ Livro de Contratos da Prefeitura de Palmas, 1936-1950. p. 12-16.

⁷⁴ Destaca-se que o documento tem contagem apenas nas folhas do lado direito ou da frente, sem numeração em seus versos. Assim, alguns contratos podem estar no verso de uma página. Por exemplo: página 12 verso.

do progresso” no sudoeste. Em 1949, foi efetuado o primeiro contrato para a construção de uma ponte sobre o rio Chopim, no Passo do Pinhal.

O contrato foi celebrado entre o prefeito de Palmas, representando o DAOP, e José Salvador, e obrigava este último a entregar uma quantidade de 60 m³ de madeira dentro de quatro meses. O empreiteiro, migrante de Bento Gonçalves/RS, ficou responsável por toda a mão de obra para serrar, preparar e transportar a quantidade de madeira estipulada para a construção da ponte.

Termo de ajuste entre o Departamento Administrativo do Oeste do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal de Palmas, cidadão Bernardo Ribeiro Vianna e José Salvador, fôrma que abaixo segue:

Aos vinte e quatro dias do mês de mil novecentos e quarenta e nove, na Secretaria da Prefeitura Municipal de Palmas, Estado do Paraná, onde se achava o Cidadão Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, Prefeito Municipal de representando o Departamento Administrativo do Oeste do Paraná, comigo, Alberto Kluge, Secretário da Prefeitura, às dez horas, compareceu o Senhor José Salvador, brasileiro, casado, natural de bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, domiciliado e residente no lugar denominado Salais, Distrito da Séde deste Município, e declarou que ciente de ter sido aceita como vantajosa a sua proposta para os serviços de mão de obra, tiragem, preparo e transporte do madeiramento destinados á construção da ponte sobre o Rio Chopim, no lugar denominado Passo d Pinhal, nêste Município, vinda confirmar e ajustar com aquele Departamento para iniciar os ditos serviços da madeira para a referida construção. Em vista que eu, Alberto Kluge, Secretário da Prefeitura, lavrasse o presente termo de ajuste conforme as condições abaixo:

1ª - José Salvador na qualidade de segundo ajustante, se propõe a fazer os serviços de mão de obra, tiragem, preparo de transporte do madeiramento destinados á construção da ponte a ser levantada sobre o Rio Chopim, no lugar denominado Passo do Pinhal, nêste Município;

2ª O segundo ajustante se obriga aos serviços de mão de obra, tiragem, preparo e transporte de toda a madeira necessária para a construção da ponte, consignada no orçamento organizado pelo Departamento de Estradas e de Rodagem do Estado, a razão de Crz 550,00 (quinhentos e cincuenta cruzeiros) cada metro cubico, posta no local da ponte onde deve a mesma ser edificada;

3ª O segundo ajustante em cumprimento as clausulas anteriores, se propõe a entregar á Prefeitura no local designado toda a

madeira destinada a construção, obedecendo as dimensões determinadas no referido orçamento, dentro do prazo de 4 (quatro) meses a contar da data do presente termo de ajuste;

4ª A Prefeitura Municipal de Palmas Representando o Departamento Administrativo do Oeste do Paraná na qualidade de primeiro ajustante, se obriga a pagar ao segundo, a importância de Crz 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), logo que o mesmo entregar parte da madeira, isto é, mais ou menos 60 (sessenta) metros cúbicos, no local da construção;

5ª O restante do pagamento a ser feito ao segundo contratante, digo ajustante será efetuado por intermédio do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná [sic.]⁷⁵.

No contrato transcrito acima, não foi especificada a espécie da árvore que seria utilizada. De forma geral, entretanto, esse tipo de construção era realizado com madeira de imbuia – por causa de sua alta durabilidade e resistência – e com madeira de pinheiros. Outros contratos da prefeitura de Palmas e de outras municipalidades da região sudoeste evidenciam que a utilização de madeira da imbuia para esse fim era recorrente, assim como para outras funções específicas da construção civil⁷⁶. Em agosto de 1949, a prefeitura de Palmas realizou mais um contrato para construção de ponte sobre o rio Chopim, a fim de ligar duas fazendas na região. A ponte teria as dimensões de 31m de comprimento e 4m de largura.

O “Contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Palmas, representada pelo seu Prefeito Cidadão Dr. Bernardo Ribeiro Vianna e Antonio Mariano Ribas [...]”. obrigava que a construção fosse feita, também, de imbuia:

Deverá a aludida construção ser de cerne do imbuia, com gradis dos dois lados; deverá ter sapatas nas margens para suporte da ponte e arrimo das aterras, construídas da planchas da mesma madeira; toda a obra deverá ser segurada com varões e abraçadeiras de ferro; deverá ser feito todo o aterro ou cortes necessários para o livre trânsito depois de concluída a obra; obriga-se ainda o proponente entregar a ponte concluída no prazo de cinco meses a contar data da assinatura do presente contrato [sic]⁷⁷.

⁷⁵ Livro de Contratos da Prefeitura de Palmas, 1936-1950. p. 27 e verso.

⁷⁶ Aqui se faz referência a fontes levantadas nas prefeituras ou câmaras municipais dos municípios de São João, Itapejara D'Oeste, Chopinzinho, Pato Branco e Francisco Beltrão, todos localizados no sudoeste do Paraná, além de Palmas, não citadas diretamente neste trabalho.

⁷⁷ Livro de Contratos da Prefeitura de Palmas, 1936-1950. p. 28 e verso; 29.

Esses contratos, entre outros deste período, evidenciam a demanda por uma das espécies características da FOM; a necessidade de conectar os vilarejos e pequenos povoados, onde se instalavam indústrias extrativas; e a implementação de um corredor concreto entre a capital paranaense e as demais localidades do sudoeste do Paraná, para o estabelecimento de um fluxo rentável, ou melhor, muito lucrativo economicamente, tanto pelas árvores serradas quanto pelo mercado imobiliário.

Assim, os migrantes que ocupavam o sudoeste do Paraná passavam a ter formas de escoar os seus produtos para o mercado estadual e não apenas, como em períodos anteriores, quando os primeiros colonos mandavam parte de suas produções agrícolas e pequenas quantidades de madeira para cidades do Rio Grande do Sul. No final da década de 1940, os migrantes produtores agenciados pela CANGO já enviavam mercadorias de Francisco Beltrão para Clevelândia, Palmas, União da Vitória, Ponta Grossa, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro⁷⁸. Importante observar que o fluxo comercial no qual esses migrantes foram inseridos segue justamente os caminhos de Palmas, com ramificação para Ponta Grossa e de Curitiba para outros estados.

No documento denominado Concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion 1947-1950 (CPOGML)⁷⁹, publicado em 1950, também existem dados que revelam a realização de obras em municípios ou distritos que foram acessados por equipes do governo paranaense a partir de Palmas, a exemplo de Mangueirinha, Clevelândia, Vitorino, Mariópolis, Pato Branco, Verê e Francisco Beltrão. Não obstante, o CPOGML indica a utilização madeira, que, provavelmente, era extraída das espécies da FOM, para a construção de escolas, com planta padrão de 144m², em 23 localidades, dentre as quais está Palmas⁸⁰.

Além da construção dessas escolas, também estão elencadas no documento as construções de postos de higiene, postos mistos e estradas. No caso das estradas, vislumbra-se que a gestão de Moysés Lupion buscou construir um caminho alternativo ao de Palmas, ligando a cidade de Chopinzinho, ainda distrito de Palmas, e de Mangueirinha até Laranjeiras do Sul, superando, com isso, o rio Iguaçu. Outra via reconstruída, de acordo com o relatório do

⁷⁸ GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 20.

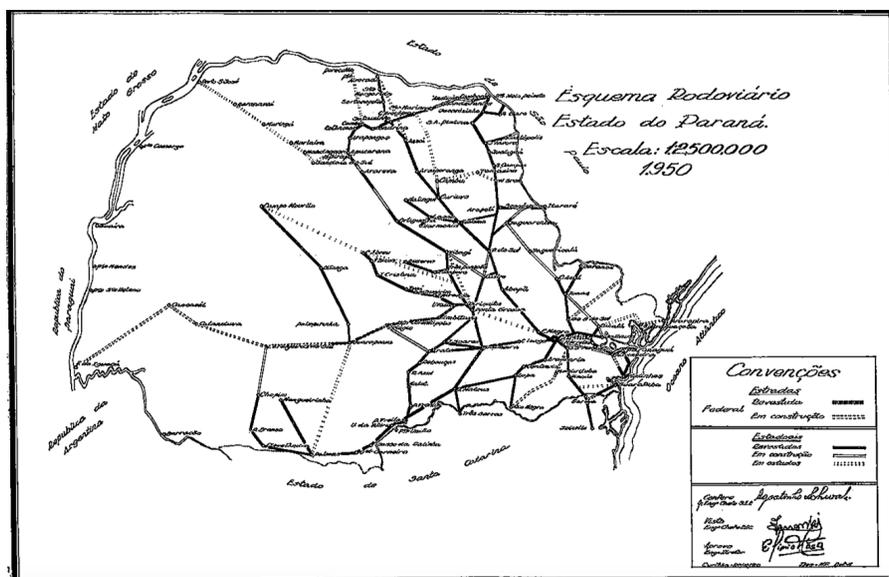
⁷⁹ CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE OBRAS DO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION 1947-1950 – CPOGML. Curitiba: Estado do Paraná, 1950.

⁸⁰ CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE OBRAS DO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION 1947-1950 – CPOGML. Curitiba: Estado do Paraná, 1950. p. 30, 49, 60, 64, 319, 322, 326, 327.

Governo Lupion, foi o trecho Mangueirinha-Clevelândia, em uma distância de 48 quilômetros⁸¹.

Conforme se pode constatar no mapa da Figura 4, além da região sudoeste, havia outras que, em 1950, não detinham acesso, senão por caminhos que não permitiam a passagem de carroças, caminhões e, menos ainda, de locomotivas. São os casos de Cascavel e Foz do Iguaçu, por exemplo, municípios que passaram por processo semelhante ao do sudoeste do Paraná a partir desse período, ou seja, receberam migrantes, tiveram suas florestas devastadas e conflitos sociais⁸². Ao noroeste de Guarapuava, também passaria por situação análoga o município de Campo Mourão que, de acordo com o CPOGML, já detinha estrada conservada no período.

Figura 4 - Mapa de estradas e rodagens do estado do Paraná em 1950.



Fonte: CPOGML (1950, p. 99).

No mapa da Figura 4, é possível, mais uma vez, perceber o quão importante foi o caminho dos Campos de Palmas para a introdução do sudoeste

⁸¹ CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE OBRAS DO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION 1947-1950 – CPOGML. Curitiba: Estado do Paraná, 1950. p. 331, 332, 334.

⁸² Entre outros referências, podem ser consultadas memórias de conflitos sociais no oeste paranaense nos trabalhos de Chagas (2015) e Andrade (2017).

do Paraná no mercado estadual e, conseqüentemente, o avanço da devastação da floresta. No mapa, os traços mais grossos representam as estradas conservadas. As duas linhas contínuas representam as estradas que estavam em construção, é o caso do acesso de Chopinzinho (“Chopim”, no mapa) até Laranjeiras do Sul. Os dois pontos em linhas paralelas representam estudos pré-construção, e a linha escura com pontos brancos são as estradas que já possuíam revestimento.

Em 1953, a geógrafa Lysia M. Cavalcanti Bernardes, em sua análise sobre a colonização do interior do Paraná, afirmou que o caminho que ligava União da Vitória ao sudoeste, através de Palmas, tinha dado um novo caráter à migração e à ocupação da região.

Depois de 1930, com a reorganização do plano de colonização e, mais tarde, o melhoramento da estrada União da Vitória-Palmas-Clevelândia penetrou a colônia Pato Branco em uma nova fase. Rapidamente foram sendo demarcados e ocupados os núcleos ainda por lotear, formando-se aí uma frente pioneira ativa, para a qual afluiu uma população numerosa. Além desses, influiu grandemente no nascimento de uma verdadeira zona pioneira em Pato Branco, um fator econômico que não pode ser desprezado, a grande valorização dos produtos agrícolas e sua maior procura nos grandes centros consumidores, principalmente depois de 1940, pois só assim eles podem suportar fretes elevados decorrentes da grande distância dos mercados⁸³.

Nota-se, dessa maneira, que a abertura desses caminhos foi pedra fundamental para que a “locomotiva fumegante do progresso” avançasse rumo ao oeste de Palmas. Os migrantes que se instalavam na região para estabelecerem agricultura se deparavam com certa dificuldade para venderem para outras regiões o pouco excedente que conseguiam produzir, pelo menos até o ano de 1948, com avanços a partir de 1956⁸⁴. Outra evidência é o grande crescimento populacional ocorrido no sudoeste do Paraná no início na década de 1950, justamente após a inserção da região ao mercado estadual e, conseqüentemente, nacional - foi quando a população passou de 94.158 para 269.1613⁸⁵,

⁸³ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XV, n.º 3, jul./set. 1953, pp. 335-384. p. 348.

⁸⁴ GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 20.

⁸⁵ Ressalta-se que os quantitativos populacionais aqui apresentados dizem respeito à somatória da população total dos municípios do sudoeste do Paraná. Para o ano de 1950, a soma refere-se aos municípios de Clevelândia, Mangueirinha e Palmas, e, para o ano de 1960, aos municípios de Barracão, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Mangueirinha, Palmas, Pato Branco e Santo

de acordo com os dados dos anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁸⁶.

Cresceu a população, cresceu a quantidade de estabelecimentos comerciais, cresceu a organização política, cresceu a quantidade de municípios e, especialmente, o número de serrarias. Consequentemente, cresceram a ambição e a violência social e ambiental na disputa pela terra e pelas espécies da FOM, destacadamente pela araucária. Todos esses fatores despertaram a atenção de políticos e empresários poderosos, como foi o caso de Moysés Lupion e das companhias colonizadoras a ele ligados, como a Clevelândia Industrial Territorial Ltda – CITLA, a Pinho e Terras Ltda e a Colonizadora Leopoldina, e os grupos econômicos Forte-Khury e Irmãos Slaviero. Todas as colonizadoras e grupos econômicos citados, detinham serrarias e madeireiras e realizaram negócios que tiveram como consequências homicídios e extensos litígios com a população cabocla, migrante e indígena do sudoeste do Paraná.

Todas as negociações feitas entre o governo paranaense e os grupos econômicos Forte-Khury e Irmãos Slaviero, foram contestados judicialmente⁸⁷. Evidenciam a força política que foi basilar para a entrada de grupos econômicos ligados aos ramos de colonização e madeireiro no sudoeste do Paraná, tendo as estradas de Palmas como caminho para a capital nas décadas de 1940 e 1950.

Considerações finais

Este artigo demonstrou a relevância dos caminhos de Palmas para o avanço da devastação ambiental da FOM praticada no sudoeste do Paraná, a partir da década de 1950, quando estradas foram estruturadas ligando os municípios da referida região a centros comerciais de Curitiba, bem como para

Antônio do Sudoeste. Existem trabalhos, como os de Abramovay (1981), Lazier (1983), Wachowicz (1985, 2003), Santos (2008), Briskievicz (2012), Scholz (2015) e Pin (2022), que apresentam os quantitativos populacionais de 76.373 e 230.379, respectivamente, para os anos de 1950 e 1960 para o sudoeste do Paraná. Uma hipótese para as diferenças quantitativas está ligada ao fato de que os autores e as autoras podem não ter levado em consideração os dados populacionais de Palmas, provavelmente, pelas várias reformulações administrativas e geopolíticas do Paraná ao longo do século XX e início do século XXI. Um exemplo dessas reformulações pode ser consultado em Ipardes (2009).

⁸⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. p. 64. Disponível em: [aeb_1953.pdf](http://ibge.gov.br/aeb_1953.pdf) (ibge.gov.br). Acessado em junho de 2021; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. p. 42. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1961.pdf. Acessado em junho de 2021.

⁸⁷ PIN, André Egidio. *Mas pai, aonde estão os pinheiros do Paraná? A devastação da Floresta Ombrófila Mista no sudoeste do Paraná - 1935-1975*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2022.

outros estados. As primeiras vias possibilitaram o escoamento de gêneros agrícolas produzidos por colonos e da madeira serrada das florestas regionais. Esse contexto contribuiu para que políticos e empresários com grande influência no Paraná avançassem sobre o sudoeste do estado, proliferando diferentes formas de violência social e ambiental. Não obstante, as fontes evidenciam que as primeiras serrarias do sudoeste foram instaladas e regularizadas em Palmas no ano de 1935, na localidade de General Carneiro, emancipada no ano 1961, sendo essa uma área vizinha a União da Vitória/PR, considerada o epicentro da devastação da FOM no final do século XIX e início do XX.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1981.
- ANDRADE, Franciele Margarida. Bard. *A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhadores: os posseiros e a revolta da gleba Silva Jardim-PR – 1961*. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2017.
- BAUER, José. *Reminiscências, histórias de Palmas*. Palmas: Kayganguê, 2002.
- BAUER, Celso. *Palmas nas vivências de um campeiro*. Palmas: Kayganguê, 2017.
- BERTOLDO, Édson; PAISANI, Julio Cesar; OLIVEIRA, Paulo Eduardo. Registro de Floresta Ombrófila Mista nas regiões sudoeste e sul do Estado do Paraná, Brasil, durante o Pleistoceno/Holoceno. São Paulo, *Instituto de Pesquisas Ambientais*, 2014, v. 41, n.º 1, pp. 1-8.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XV, n.º 3, jul./set. 1953, pp. 335-384.
- BRISKIEVIZ, Michele. *Territorialidade e identidade: A migração dos descendentes de italianos no município de Francisco Beltrão/PR*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2012.
- CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR: 1950-1980*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization: 1870-1970*. Tese (Doutorado em história). Florianópolis: UFSC, 2010.

CHAGAS, Mayara da Fontoura das. *Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a (re)criação da memória da Revolta de Três Barras do Paraná: 1964-2014*. Dissertação (mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n.º 1, p.87-98, jan/mar. 1970a.

FLAVIO, Luiz Carlos. *Memórias e territórios: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão/PR*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2011.

FLORES, Edson Luiz. *Industrialização e desenvolvimento do sudoeste do Paraná*. (Dissertação). Francisco Beltrão: Unioeste, 2009a.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 até os dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do valo do rio do Peixe/SC*. São Paulo: Perse, 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica sudoeste Paranaense*. Curitiba: BRDE, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *sudoeste paranaense: especificidades e diversidades*. Curitiba: IparDES, 2009.

LANGER, Protasio Paulo. Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950: os indígenas na memória dos colonos. Campo Grande, *Tellus*, 2009, ano 9, n.º 17, pp. 33-60.

LANGER, Protasio Paulo. Símbolos e discursos acadêmicos na construção de uma identidade eurocêntrica: o encobrimento dos indígenas e caboclos. In: LANGER, P. P.; MARQUES, S. S; MARSCHNER, W. R. (org.). *Sudoeste do Paraná: diversidade étnica e ocupação territorial*. Dourados: UFGD, 2010. pp. 13-42.

LAZIER, Hermógenes. *Estrutura agrária no sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1983.

LOURDEAU, Antoine. *et al. Pré-história na foz do rio Chapecó*. Chapecó: *Cadernos do CEOM*, 2016, v. 29, n.º 45, pp. 220-242.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. 4. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

MACHADO, Jose Lúcio da Silva. *O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio*. Os Campos de Palmas – Paraná, 1859-1888. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado: 1912-1916*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Caderno territorial 88: sudoeste paranaense/PR*. Brasília: MDA, 2015. Disponível em: SIT - Sistema de Informações Territoriais (mda.gov.br). Acessado em 08 de março de 2022.

MONDARO, Marcos Leandro. *Territórios migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR*. Dourados: UFGD, 2012

NODARI, Eunice Sueli. Florestas com araucária: uma história do antropoceno. In: NODARI, E. S.; CARVALHO, M. M. X.; ZARTH, P. A. (org.). *Fronteiras fluídas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2018b.

PASSOS, Aruana Antonio. *História de sangue e dor: crimes passionais no sudoeste do Paraná: 1909-1939*. Dissertação (Mestrado em história). Curitiba: UFPR, 2009.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. O “descobrimento” dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no sul do Brasil – 1841-1853. Joinville: *Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*, 2018. pp. 1-18.

PIN, André Egídio. *Mas pai, aonde estão os pinheiros do Paraná? A devastação da Floresta Ombrófila Mista no sudoeste do Paraná - 1935-1975*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2022.

RODRIGUES, Ivan.º *Etnohistória Kaingang na região de Palmas/Paraná: um olhar para a relação com o meio ambiente*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021.

SANTOS, Roseli Alves dos. *O processo de modernização da agricultura do sudoeste do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2008.

SILVA, Claiton Marcio da.; BRANDT, Marlon.; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. Uma história ambiental da fronteira sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, José Carlos.; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (org.). *História da fronteira sul*. Chapecó: UFSC, 2016.

SCHOLZ, Jonathan Marcel. *Elites locais e experiências plebiscitárias no sudoeste do Paraná: 1960- 1968*. Curitiba: CVR, 2015.

STRAUBE, Kelly von Knoblauch. *A Estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro: o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2007.

VELOSO, Henrique Pimenta. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: LíteroTécnica, 1985.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná: 2001.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XI, 1949, nº 2, pp.159-222.

Fontes

ATA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE PREÇO, 19 de janeiro de 1943, Palmas. Arquivo de Palmas.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Lei n.º 16, de 18 de outubro de 1948.

COMISSÃO PRÓPRIA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE AS TERRAS DO SUDOESTE DO DO SENADO FEDERAL. Brasília: *Diário Oficial do Congresso Nacional*, 11 de abril de 1959. pp. 1.350-1.381. Disponível em: Arquivo Nacional (an.gov.br). Acessado em julho de 2021.

CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE OBRAS DO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION 1947-1950 – CPOGML. Curitiba: Estado do Paraná, 1950.

GARCEZ, João Moreira. Expansão econômica do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935.pp 211-234.

GOULIN, Adriano. Planos viário e ferroviário do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935.pp 211-234.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. Disponível em: [aeb_1953.pdf](#) ([ibge.gov.br](#)). Acessado em junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1961.pdf. Acessado em junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cadastro Industrial de 1965: Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. v. 8. Disponível em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Cadastro industrial - 1965 / IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística. -. Acessado em junho de 2021.

Livros Alvarás de Licença da prefeitura de Palmas nº 2 e 4, 1935-1948.

Livro de Contratos da Prefeitura de Palmas, 1936-1950.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1981.

ANDRADE, Franciele Margarida. Bard. *A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhadores: os posseiros e a revolta da gleba Silva Jardim-PR – 1961*. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2017.

BAUER, José. *Reminiscências, histórias de Palmas*. Palmas: Kaygangue, 2002.

BAUER, Celso. *Palmas nas vivências de um campeiro*. Palmas: Kaygangue, 2017.

BERTOLDO, Édson; PAISANI, Julio Cesar; OLIVEIRA, Paulo Eduardo. Registro de Floresta Ombrófila Mista nas regiões sudoeste e sul do Estado do Paraná, Brasil, durante o Pleistoceno/Holoceno. São Paulo, *Instituto de Pesquisas Ambientais*, 2014, v. 41, n.º 1, pp. 1-8.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XV, n.º 3, jul./set. 1953, pp. 335-384.

BRISKIEVIZ, Michele. *Territorialidade e identidade: A migração dos descendentes de italianos no município de Francisco Beltrão/PR*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2012.

CARLIN, Janete Chaves. *Entre campos e florestas: transformações da paisagem no município de Palmas/PR: 1950-1980*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization: 1870-1970*. Tese (Doutorado em história). Florianópolis: UFSC, 2010.

CHAGAS, Mayara da Fontoura das. *Narrativas de colonos e posseiros na luta pela terra: a (re)criação da memória da Revolta de Três Barras do Paraná: 1964-2014*. Dissertação (mestrado em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O sudoeste paranaense antes da colonização*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n.º 1, p.87-98, jan/mar. 1970a.

FLAVIO, Luiz Carlos. *Memórias e territórios: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão/PR*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2011.

FLORES, Edson Luiz. *Industrialização e desenvolvimento do sudoeste do Paraná*. (Dissertação). Francisco Beltrão: Unioeste, 2009a.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 até os dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira e ocupação do espaço: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do valo do rio do Peixe/SC*. São Paulo: Perse, 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica sudoeste Paranaense*. Curitiba: BRDE, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *sudoeste paranaense: especificidades e diversidades*. Curitiba: IparDES, 2009.

LANGER, Protasio Paulo. Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950: os indígenas na memória dos colonos. Campo Grande, *Tellus*, 2009, ano 9, n.º 17, pp. 33-60.

LANGER, Protasio Paulo. Símbolos e discursos acadêmicos na construção de uma identidade eurocêntrica: o encobrimento dos indígenas e caboclos. In: LANGER, P. P.; MARQUES, S. S; MARSCHNER, W. R. (org.). *Sudoeste do Paraná: diversidade étnica e ocupação territorial*. Dourados: UFGD, 2010. pp. 13-42.

LAZIER, Hermógenes. *Estrutura agrária no sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1983.

LOURDEAU, Antoine. *et al.* Pré-história na foz do rio Chapecó. Chapecó: *Cadernos do CEOM*, 2016, v. 29, n.º 45, pp. 220-242.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do estado do Paraná*. 4. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

MACHADO, Jose Lúcio da Silva. *O sertão e o cativo: escravidão e pastoreio*. Os Campos de Palmas – Paraná, 1859-1888. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais. In: *Congresso Latino Americano de História Económica*. Montevideo: International Economic History Association, Universidad de la Republica, v. 1, p. 53-58, 2007.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado: 1912-1916*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Caderno territorial 88: sudoeste paranaense/PR*. Brasília: MDA, 2015. Disponível em: SIT - Sistema de Informações Territoriais (mda.gov.br). Acessado em 08 de março de 2022.

MONDARO, Marcos Leandro. *Territórios migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR*. Dourados: UFGD, 2012

NODARI, Eunice Sueli. Florestas com araucária: uma história do antropoceno. In: NODARI, E. S.; CARVALHO, M. M. X.; ZARTH, P. A. (org.). *Fronteiras fluídas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2018b.

PASSOS, Aruana Antonio. *História de sangue e dor: crimes passionais no sudoeste do Paraná: 1909-1939*. Dissertação (Mestrado em história). Curitiba: UFPR, 2009.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. O “descobrimento” dos Campos de Palmas e a configuração de uma problemática complexa no sul do Brasil – 1841-1853. Joinville: *Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC*, 2018. pp. 1-18.

PIN, André Egídio. *Mas pai, aonde estão os pinheiros do Paraná? A devastação da Floresta Ombrófila Mista no sudoeste do Paraná - 1935-1975*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2022.

RODRIGUES, Ivan.º *Etnohistória Kaingang na região de Palmas/Paraná: um olhar para a relação com o meio ambiente*. Dissertação (Mestrado em História). Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021.

SANTOS, Roseli Alves dos. *O processo de modernização da agricultura do sudoeste do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, 2008.

SILVA, Claiton Marcio da.; BRANDT, Marlon.; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier. Uma história ambiental da fronteira sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, José Carlos.; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (org.). *História da fronteira sul*. Chapecó: UFSC, 2016.

SCHOLZ, Jonathan Marcel. *Elites locais e experiências plebiscitárias no sudoeste do Paraná: 1960- 1968*. Curitiba: CVR, 2015.

STRAUBE, Kelly von Knoblauch. *A Estruturação sócio-espacial do sistema tropeiro: o caso do caminho das tropas entre Palmas e União da Vitória-PR*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2007.

VELOSO, Henrique Pimenta. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: LíteroTécnica, 1985.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná: 2001.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XI, 1949, nº 2, pp.159-222.

Fontes

ATA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE PREÇO, 19 de janeiro de 1943, Palmas. Arquivo de Palmas.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Lei n.º 16, de 18 de outubro de 1948.

COMISSÃO PRÓPRIA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE AS TERRAS DO SUDOESTE DO DO SENADO FEDERAL. Brasília: *Diário Oficial do Congresso Nacional*, 11 de abril de 1959. pp. 1.350-1.381. Disponível em: Arquivo Nacional (an.gov.br). Acessado em julho de 2021.

CONCRETIZAÇÃO DO PLANO DE OBRAS DO GOVERNADOR MOYSÉS LUPION 1947-1950 – CPOGML. Curitiba: Estado do Paraná, 1950.

GARCEZ, João Moreira. Expansão econômica do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935. pp 211-234.

GOULIN, Adriano. Planos viário e ferroviário do Paraná. LIMA, Caio Machado. In: *Cincoentenário da estrada de ferro do Paraná: 1835-1935*. Curitiba: Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, 1935.pp 211-234.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. Disponível em: [aeb_1953.pdf](#) ([ibge.gov.br](#)). Acessado em junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1961.pdf. Acessado em junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cadastro Industrial de 1965: Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. v. 8. Disponível em: [IBGE | Biblioteca | Detalhes | Cadastro industrial - 1965 / IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística](#). -. Acessado em junho de 2021.

Livros Alvarás de Licença da prefeitura de Palmas nº 2 e 4, 1935-1948.

Livro de Contratos da Prefeitura de Palmas, 1936-1950.

Artigo recebido para publicação em 28/07/2023
Artigo aprovado para publicação em 09/11/2023